

## **ENTIDADES / Fundacentro: Alicerce abalado**

### ESPECIAL

Alicerce abalado

Indefinições políticas ameaçam o funcionamento da Fundacentro

A pesar da importância que a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) tem para o país, auxiliando direta ou indiretamente na redução dos acidentes e doenças do trabalho, o que se observa é que ela está sofrendo de um problema crônico, ainda não identificado. Na opinião de um pesquisador, "parece que estão querendo acabar com a entidade, só que ainda não tiveram coragem de fazê-lo e estão deixando ela morrer a míngua".

Nos recentes fóruns regionais de Segurança e Saúde nas Novas Relações de Trabalho, ocorridos nos meses de julho e agosto, organizados dentro da programação dos 30 anos, apareceram propostas de manutenção da Fundacentro como instituição pública sem fins lucrativos, e com os mesmos objetivos com os quais foi criada. Esta proposta pareceu estranha, porque não havia nenhum debate ou articulação aparente visando o fim ou a transformação da instituição, mas serviu como um prenúncio de algo que está no ar, mas que ainda não é palpável.

Para surpresa de todos, nos dias 18 e 19 de setembro, quando estava sendo concluída esta reportagem, foi noticiado pelo Jornal do Brasil e Folha de São Paulo, respectivamente, uma lista de órgãos do Governo que seriam extintos. Entre eles figurava o nome da Fundacentro. A notícia acabou materializando a preocupação de todos.

No Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o diretor do Departamento de Ordenamento e Análise Institucional da Secretaria de Reforma do Estado, Pedro César Lima de Farias, negou que houvesse sido informado aos jornais qualquer dado a este respeito. No entanto, esta lista existe e foi entregue pelo MARE ao gabinete da Presidência da República como sugestão, embora não haja nenhuma providência oficial.

De qualquer forma, uma provável tentativa de acabar com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) em princípio parece um absurdo, diante do trabalho que ela vem prestando à sociedade brasileira, nestes 30 anos de existência.

**Esforço** - A partir da década de 70, quando o país ficou conhecido como o campeão mundial de acidentes de trabalho, inúmeros esforços foram feitos para diminuir esta estatística negativa. E, entre eles, destaca-se a atuação da Fundacentro, através de estudos e pesquisas especializadas na área da Saúde, Segurança, Higiene e Meio Ambiente do Trabalho.

Criada em 21 de outubro de 1966, "a Fundacentro cumpriu um papel importante, indubitável, em todo o Brasil", destaca o médico do Trabalho Bernardo Bedrikow, uma das pessoas que teve importante papel na sua criação, sendo às vezes chamado carinhosamente como um dos pais da instituição. "Eu tomei as providências junto ao Ministério das Relações Exteriores para colocar este projeto como prioridade, e deu resultado", lembra.

A Fundacentro foi integrada ao Ministério do Trabalho em 1974, e através dela, durante dez anos, foram formados os primeiros profissionais para compor os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMTS), até as profissões serem regulamentadas e os cursos passarem para a rede regular de ensino, a partir de 1985.

A elaboração das 28 Normas Regulamentadoras (NRs), mais as NRs Rurais e as NRs Portuárias (esta última, ainda em fase de aprovação), também contaram com a

contribuição técnica científica da Fundacentro. Nas comissões tripartites, compostas pelo Governo, empresários e trabalhadores, responsáveis pela revisão das NRs, a instituição têm participado como representante e assessora do Governo, com suas informações técnicas.

Nas ações movidas pelo Ministério Público, ou pela fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), tem prestado serviços de elevado nível de qualificação, através da realização de laudos técnicos sobre os ambientes de trabalho. Ela também assessora empresas e sindicatos através de parcerias em projetos específicos.

Estrutura avançada - Para desenvolver suas atividades de pesquisa no Centro Técnico Nacional (CTN), onde é a sua sede, em São Paulo, está instalada uma avançada infra-estrutura técnico-científica, que inclui um moderno aparato laboratorial, bem como recursos bibliográficos e acesso aos principais bancos de dados nacionais e internacionais. Os conhecimentos produzidos são repassados à comunidade através de seminários, cursos de reciclagem e atualização, congressos e publicações periódicas como a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, livros e manuais editados.

Dividida em áreas de atuação, no CTN encontram-se as coordenações de Higiene do Trabalho, Saúde no Trabalho, Ensino, Segurança e Processos de Trabalho, Segurança Rural, Documentação e Biblioteca.

Além disso, a Fundacentro possui 13 centros regionais, instalados em 11 estados e no Distrito Federal: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo (dois), Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais,

Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Brasília, que desenvolvem estudos e pesquisas em nível regional.

Nestes anos todos, a instituição representa uma parcela significativa do esforço para a redução dos índices de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no Brasil. "Embora a situação atual ainda não seja a ideal, houve uma época em que os acidentes foram três vezes maiores do que são hoje", ressalta Humberto Parro, presidente da Fundacentro.

A complexidade e o desenvolvimento tecnológico, assim como o aumento da demanda, que é superior ao que existia há 30 anos, exigem um maior número de pesquisadores. A entidade, no entanto, encontra-se limitada nas suas potencialidades. Nos últimos dez anos, ela perdeu aproximadamente 50% de um dos seus principais patrimônios: os recursos humanos.

Se por um lado ela conseguiu formar um quadro conceituado de pesquisadores, por outro, desde a década de 80, vem perdendo este investimento. Muitos profissionais deixaram a instituição, ou para se aposentar ou para trabalhar na iniciativa privada, em busca de melhores salários. Só para citar um exemplo, hoje existe pesquisador com curso de doutorado no exterior que está ganhando 1.400 reais líquido.

Reforma do Estado - A falta de concurso público tem sido apontado como o principal problema da instituição. Há dez anos ela contava com cerca de mil funcionários divididos nos diversos estados, e hoje o número não passa de 400, entre o pessoal administrativo e o corpo técnico. Existe centro regional que conta com dois técnicos para atender todo um Estado, como é o caso do Pará, quando não a região inteira.

Os pesquisadores que ainda restam na instituição, apesar das dificuldades, fazem o que podem porque gostam, mas aguardam dias melhores. Porém, existem setores onde se um destes profissionais especializados,

por algum infortúnio, faltar ou se aposentar, levará consigo todo o conhecimento adquirido, como já ocorreu em algumas linhas de pesquisa. Os poucos que têm são únicos, por falta de investimento na ampliação do quadro funcional, que possibilitaria uma maior divisão das informações.

Para Humberto Parro, presidente da instituição, o salário pago ao pessoal, não somente aos pesquisadores, é um problema do serviço público como um todo e não privilégio da entidade. Acredita que com a reforma do Estado, em andamento, os recursos humanos serão otimizados e distribuídos de modo mais racional. "As perspectivas neste caso são boas. Com a reforma administrativa, o Estado vai passar a dar mais atenção a determinadas carreiras. entre as quais a nossa de ciência e tecnologia". Ele

anuncia que o concurso para a Fundacentro já está autorizado e deverá ocorrer em breve. Para agravar um pouco mais a situação, o quadro político brasileiro também tem afetado a Fundacentro. A cada troca de ministro do Trabalho, muda a sua direção. Nos últimos dez anos, já passaram nove presidentes e nove superintendentes. Estas mudanças têm causado apreensão entre os profissionais e entidades do setor com a falta de continuidade dos trabalhos, principalmente de uma política de atuação a curto, médio e longo prazo.

## Pesquisa estruturada

Instituição tem o maior complexo de pesquisa em SST da América Latina

No Centro Tecnológico Nacional (CTN), localizado em São Paulo, encontra-se uma complexa estrutura técnico-científica, com laboratórios e recursos humanos próprios para o desenvolvimento das atividades de pesquisa. Neste prédio, de arquitetura moderna, inaugurado em 1983, estão concentradas a direção da Fundacentro e as atividades setoriais que atendem às demandas da área prevencionista, divididas em seis

coordenações: de Higiene do Trabalho; Saúde no Trabalho; Segurança e Processos de Trabalho; Segurança Rural, Ações Educativas; Documentação e biblioteca.

A Coordenadoria de Segurança de Processos de Trabalho (CSP) é um setor tradicional dentro da instituição, dividida em duas grandes áreas, de Processos Industriais (PI) e Equipamentos de Segurança (ES). Além de realizar trabalhos específicos, o pessoal

técnico participa nas comissões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), auxilia na elaboração de normas, faz palestras, produz e atualiza os materiais instrucionais e também dá apoio aos órgãos públicos e em especial à Secretaria de Saúde e Segurança no Trabalho (SSST/MTb).

Na parte de Equipamentos de Segurança, onde estão os laboratórios de ensaios de EPIs, os técnicos têm participação nos projetos de normas da ABNT. Entre eles destaca-se o CB-04, sobre luvas de proteção, e o CB-02, sobre protetores respiratórios. Eles também fazem parte do Conselho Nacional de Credenciamento (Conacre), controlado pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro).

Os técnicos do ES dão apoio para a SSST no credenciamento de laboratórios para a realização de ensaios nos EPIs. Dessa forma, descentralizando estes testes, como no caso dos calçados de segurança e do couro, onde já foram credenciados o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de Franca (SP), e o Centro Tecnológico do Couro,

Calçados e Afins (CTCCA), de Novo Hamburgo (RS). "Desta forma diminuimos a demanda aqui no CTN, aliviando um pouco esta atividade considerada de rotina, mas que consome muito tempo", explica Delcir Pacífico Mendes, responsável pelo ES.

Ensaios - Os laboratórios têm como objetivos servir de referência e prestar apoio às ações da fiscalização do Trabalho, e não realizar testes ou emitir laudos para os fabricantes e importadores de EPIs obterem os Certificados de Aprovação (CA) dos produtos junto à SSST. "Nós começamos a fazer isto desde quando estávamos na sede no bairro Perdizes", lembra Delcir. Mesmo sendo um laboratório sofisticado e com uma

série de recursos, ainda faltam equipamentos para a realização de ensaios completos em alguns EPIs.

Por exemplo, na parte de óculos de segurança, com a entrada do policarbonato e a diminuição da espessura das lentes, não existe equipamento que dê condições para a realização destes testes. "Neste caso, quando não é feito o ensaio a responsabilidade é do fabricante, que deverá apresentar o laudo de outro laboratório para que a SSST autorize a emissão do CA", diz Delcir.

Porém, não é só a falta de alguns equipamentos que afetam o ES. Os testes nos protetores respiratórios são parciais, porque só podem ser feitos nos equipamentos de filtros mecânicos. Para os filtros químicos, além da compra de equipamentos, que, de acordo com Delcir, existe a expectativa de serem adquiridos é preciso alguém especializado neste tipo de ensaio, o que hoje não há.

Delcir foi um dos responsáveis pela elaboração do Programa de Proteção Respiratória (PPR), publicado

através da Instrução Normativa nº 1, de abril de 1994. Esta norma desencadeou uma série de cursos para esclarecer os profissionais do setor e formar agentes multiplicadores, evitando a entrega ao usuário de equipamento de proteção respiratória sem o devido treinamento, e a metodologia de avaliação da eficiência deste durante o seu uso.

Para as áreas de calor e frio, os equipamentos também não estão sendo verificados. Para minimizar este problema, os técnicos construíram, conforme requisitos das normas técnicas internacionais, um instrumento chamado de calorímetro, que vai servir para verificar a capacidade de isolamento das vestimentas de proteção.

Quanto ao avanço tecnológico dos EPIs, Delcir chama a atenção para o aspecto do conforto, que nos últimos tempos tem melhorado muito, embora seja um elemento que não está previsto em nenhuma norma. Mesmo com algumas deficiências, Delcir diz que ainda assim estão conseguindo atender às expectativas com relação aos ensaios completos de outros equipamentos.

Diversas áreas Os técnicos de Processos Industriais desenvolvem pesquisas, atualmente, em diversas áreas como construção civil, trabalho com produtos químicos, avaliação de riscos e proteção de máquinas. No ramo da construção civil, que é um dos mais problemáticos do país, a Fundacentro atua desde 1971, quando formou um grupo especializado em acidentes neste setor. Este ramo de atividade, ainda hoje, apresenta os índices mais trágicos de acidentes, embora para a maioria das situações que envolvem riscos, existam soluções técnicas que poderiam eliminá-los por completo.

Com o objetivo de estimular estas práticas, a instituição desenvolveu no início três programas. O primeiro consistia no funcionamento de uma unidade móvel para o ensino de prevenção de acidentes, dotada de técnicos e material de avaliação. A unidade visitava obras, avaliava riscos e oferecia aos empregadores soluções adequadas a sua eliminação. Em seguida, procurava desenvolver treinamento junto aos gerentes de projeto para convencê-los a pôr em prática as correções. Por último, desenvolvia o treinamento junto aos próprios operários.

O segundo programa envolvia a constituição de comitês regionais para o estudo e combate aos acidentes deste setor, em cada unidade regional da instituição. Por fim, foram produzidos diversos materiais didáticos, que alertam os mestres e operários para as graves ameaças que estão submetidos, diariamente, como os livretos para instalações elétricas em canteiros de obras, medidas de proteção coletiva contra queda de altura e acessos temporários de madeira.

Impacto - Atualmente, o setor de PI trabalha com os projetos de "Divulgação e Difusão das Técnicas de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Construção Civil" e de "Engenharia de Segurança na Indústria da Construção - Desenvolvimento de Proteção Coletiva". "Nosso trabalho foi para atender uma demanda do Governo, que determinou prioridade nesta parte da construção civil", destaca o pesquisador Delcir Mendes.

Este trabalho teve seu impacto na reelaboração da NR- 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, que entrou em vigor em julho de 1995, e também na NR-S - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que ainda está em fase de reelaboração. "As reações sobre as medidas estipuladas na nova NR18 ainda estão se fazendo sentir", explica Delcir. De forma complementar a este trabalho, a Fundacentro está elaborando os Relatórios Técnicos de Proteção, tratando especificamente de questões como as medidas de proteção em alturas, elevadores de obras, escavações, fundições e desmontes de rochas, estruturas de concreto e andaimes.

Em São Paulo, para cada acidente na construção civil é encaminhado um relatório à Fundacentro, no prazo máximo de dez dias. Com esta medida, estão sendo avaliados os resultados da implantação da NR18. "É difícil medir a influência que está tendo este procedimento no meio trabalhista", relata Deleir, acrescentando que estas mudanças são problemáticas e, por isso, as revisões das normas devem ser feitas de forma tripartite, através do consenso.

Foi dentro da PI, por exemplo, que foram desenvolvidas as medidas de prevenção de acidentes portuários, com início em 1979, e que geraram as recomendações para a criação das Normas Regulamentadoras Portuárias (NRP), em fase final para serem aprovadas pela SSST, desde julho do ano passado.

Dispositivos - Neste setor, também foi realizado o projeto de "Segurança no Trabalho com Produtos Químicos", que gerou dois materiais instrucionais. Um foi a apostila para as galvanicas, em parceria com a Divisão de Higiene e Segurança da Fundacentro, e outro sobre ventilação exaustora em galvanoplastias, que está em fase de revisão, entre tantos outros. As pesquisas para proteção de máquinas, desenvolvidas dentro da PI, tiveram importantes avanços no desenvolvimento de dispositivos de proteção. Em 1987, quando o encarregado do setor, Roberto do Valle Giuliano, entrou na instituição, já encontrou vários dispositivos com protótipos pré-aprovados, como o "cutelo divisor", que é uma lamina de madeira localizada atrás da serra, que evita o tranco da madeira, e a "coifa protetora" que protege o operador dos dentes expostos da serra circular.

Eles também desenvolveram o "sensor capacitivo" para ser utilizado nas tupias, que aciona a estancagem da ferramenta quando a mão do operador se aproxima da área de risco. Estes dispositivos já foram incluídos como medidas necessárias na NR-10 -

Instalações e Serviços em Eletricidade, e a NR18, no item sobre partes móveis de máquinas.

Morosidade - Com estes mecanismos, os técnicos visavam fazer as empresas adaptarem estes dispositivos nas máquinas em uso e no processo de fabricação. No entanto, ao longo dos trabalhos eles perceberam que este processo é muito moroso, e as máquinas possuem uma diversidade de usos em condições adversas, tornando difícil o desenvolvimento de um dispositivo único. Neste sentido, foram estabelecidas duas linhas de atuação. Esta, que já estava em andamento, e a outra na parte de normalização de construção das máquinas.

Como não existem normas brasileiras, os fabricantes e comerciantes, para competirem no mercado na hora de exportar estes equipamentos, colocam os dispositivos de segurança. Quando os usuários brasileiros compram no exterior, eles são retirados, porque aqui no Brasil não são exigidos e a máquina se torna mais barata. Dentro deste campo de atuação, os técnicos da Fundacentro selecionaram as máquinas com maior

número de acidentes e reuniram os fabricantes, usuários e o governo para formalizar um acordo de utilização para as máquinas novas.

Para as que já estavam em uso foi proposto um kit para adaptação, e para as que já estão sucateadas foi acordado a retirada delas de circulação. "Fizemos este acordo para as motosserras e em 94 já tínhamos máquinas com segurança nos mesmos padrões do exterior", relata Giuliano. Além disso, no acordo foi acrescentado mais um detalhe importante: os fabricantes e os comerciantes passaram a dar o treinamento para os operadores quando recebem a máquina, como operá-la com segurança e não retirar os dispositivos, e como fazer a manutenção em regiões como Norte e Nordeste, onde não tem assistência técnica acessível.

Este tipo de acordo estendeu-se para as máquinas injetoras de plásticos, onde está previsto o treinamento dos cipeiros e dos operadores, para que estes saibam que quando a máquina possui dispositivos de segurança, a legislação está a favor deles. "Sentimos a necessidade de normas precisas, com embasamento, que tragam a terminologia, os itens que compõem o equipamento e definições do que é proteção fixa e o que é móvel", ressalta Giuliano.

Sacudindo o setor - Outro ramo onde saiu um acordo, recentemente, foi dos fabricantes de cilindros de panificadoras. A partir do próximo ano, todas as máquinas terão os itens de segurança. Também foi elaborada uma minuta para as máquinas usadas, prevendo a adaptação de kits de segurança. "Estes avanços são mais significativos que tentar desenvolver dispositivos", observa Giuliano. No caso das prensas, ele diz que só com as normas já está sendo sacudido o setor. A partir das exigências que estão sendo colocadas os fabricantes estão procurando a negociação, o que antes era muito difícil acontecer.

De acordo com Giuliano, este setor de fabricantes de máquinas é muito grande e eles não conseguem atender a demanda. "Gostaríamos de atender mais, mas temos dificuldades porque faltam pernas, mesmo assim vamos tentando", ressalta.

Giuliano diz que em outras áreas como de soldas e siderurgia, que estão passando por necessidades,

eles são cerceados pelo número de pessoas que existe no setor. O pessoal que tinha não foi repostado, e no caso da aquisição de equipamentos para poderem encaminhar os projetos, por causa da burocracia as compras se tornam difíceis. Com toda esta riqueza de trabalho, atualmente trabalham, além dele, duas pessoas um engenheiro mecânico e outro elétrico. Antes havia um químico. "Cada um faz o que pode, o que não dá para fazer...", conclui.

## Batalha por um ideal

Política prevencionista no país teve início com a criação da Fundacentro

A idéia de uma entidade voltada para a pesquisa e a busca de soluções nos ambientes de trabalho começou a ser ventilada em 1952, quando o país sediou o II Congresso Americano de Medicina do Trabalho. O que era sonho virou realidade em 1966, com a criação oficial da Fundacentro, que começou a funcionar numa sala do Serviço Social da Indústria (Sesi), em São Paulo. Passados 30 anos, ela se constitui hoje no maior centro de pesquisas e estudos sobre Segurança, Saúde e Higiene do Trabalho da América Latina.

As preocupações oficiais, manifestadas no congresso de 52, culminaram nas gestões que trouxeram a São Paulo um técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Através da iniciativa do doutor Bernardo Bedrikow, na época médico e chefe da subdivisão de Higiene e Segurança Industrial do Sesi, de São Paulo, foi obtida a visita técnica do engenheiro Isaac Cabrera, da divisão de Segurança e Higiene do Trabalho da OIT. No ano de 1962, numa missão de seis meses, ele estudou e levantou as condições de trabalho nas indústrias paulistas. No relatório final, pela primeira vez, foi sugerida a criação de um centro de estudos e pesquisas sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho no país, inesperada na existência de centros europeus semelhantes, como a Clínica Del Lavoro, de Milão, na Itália.

OIT - A constituição dessa entidade foi enfatizada no outro congresso americano de Medicina do Trabalho, realizado em março de 1964, em São Paulo. Simultaneamente a este evento, o Governo brasileiro sugeriu a criação de um centro latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho, durante a 48ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada pela OIT, em Genebra, Suíça.

Após a vinda ao Brasil, em 1965, de outros especialistas da OIT e de uma nova visita do engenheiro Cabrera, o Governo Federal decidiu pela criação de um centro especializado. No mesmo ano, o Executivo encaminhou à Organização das Nações Unidas (ONU) um pedido de apoio, e durante a V Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes, que ocorreu em São Paulo, no ano de 1966, foi anunciada oficialmente pelo ministro do Trabalho e Previdência Social esta intenção.

Em 21 de outubro de 1966, a Lei 5.161 autorizou a criação da então Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (Fundacentro), destinada a realizar estudos e pesquisas especializadas sobre o assunto. Em janeiro de 68, foi aprovado o seu estatuto e em março de 69 a instituição começou suas sala do Sesi, no viaduto Dona Paulina, em São Paulo, e posteriormente mudou-se para três salas do prédio do Sesi na praça Dom José Gaspar.

Para presidila foi convidado o empresário Jorge Duprat Figueiredo, diretor da Nadir Figueiredo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e para a superintendência o general Moacir Gaya, que na época era delegado regional do Trabalho de São Paulo. No mesmo ano, foi transferida para o casarão do bairro Perdizes, em São Paulo, onde permaneceu até 1983.

Nova sede - A partir de 1974, foi incorporada ao Ministério do Trabalho (MTb). No final dos anos 70, diante do volume de atividades que a Fundação passou a ter, a sede do bairro Perdizes ficou pequena. O problema foi resolvido com o apoio do Governo Federal, que viabilizou um acordo com o Banco Mundial, assinado em 1979, para a

obtenção de recursos que permitiram a construção da nova sede. As obras iniciaram em 1981 e, no outro ano, os laboratórios começaram a ser instalados. O Centro Técnico Nacional (CTN), na rua Capote

Valente, 710, atual endereço, foi concluído e inaugurado em 1983.

Em 1972, foram instaladas as regionais de Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). Em 79, são inauguradas as regionais de Santa Catarina, Paraná e Pernambuco. A última regional a ser instalada foi a do Pará, em 1984. Como parte do MTb, a Fundacentro trabalha integrada com a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST). A sua receita atual é oriunda de 2% do total arrecadado pelo seguro acidente de trabalho, aprovado pela Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, que passou a vigorar. Antes este percentual era de 1% sobre aquele montante.

## Ações educativas

### Área de ensino sofre mudanças e adota nova linha de atuação

A Coordenadoria de Ações Educativas da Fundacentro desenvolve e centraliza a produção de materiais didáticos, publicações e audiovisuais. A coordenadora Moira Martins de Andrade diz que no início da Fundacentro a produção de materiais era forte, daí houve um decréscimo, e de uns tempos para cá está aumentando novamente com uma outra visão.

Nas recentes mudanças ocorridas na instituição, as publicações passaram para o setor de ensino. Antes as duas áreas funcionavam de forma independente. "Houve um tempo onde nós perdemos o status de coordenação e agora recuperamos novamente", relata Moira. Ela destaca que a idéia de educação que se está trabalhando agora é diferente e, por isto, as publicações estão juntas com o audiovisual. "Antes nós não tínhamos interferência, e agora estamos tendo uma discussão sobre o caráter educativo das ações".

Nesta nova organização, segundo Moira, o caráter educativo deve ser mais forte, mantendo contatos com instituições estrangeiras, trabalhando a educação e divulgação juntos. "Nossa área tem a preocupação de socializar o conhecimento produzido para os trabalhadores", destaca. Ela complementa falando que as mudanças das diretrizes estão relacionadas com as mudanças sociais e políticas e também em função da diminuição do quadro de pessoal. "Houveram períodos com restrições financeiras, mas isto não era o mais forte. O problema maior era de definição de linhas de trabalho, ligados ao Ministério do Trabalho e ao Governo, onde se priorizavam alguns programas e não outros".

No início das atividades da Fundacentro, com a promulgação da NR-4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho -, a instituição passou a oferecer cursos de formação dos profissionais que compõem o SESMT. "Tivemos que atender esta necessidade, e para isto foi elaborado todo o material didático", recorda Moira.

Com a regulamentação das profissões dos membros do SESMT, aprovada em 1985, este departamento passou a trabalhar com projetos para atender a área sindical, os profissionais, os órgãos públicos e as empresas. "Agora é que começa a se fortalecer, porque, na verdade, antes nós atendíamos mais a área sindical através da promoção de eventos e cursos de aperfeiçoamento", destaca a coordenadora.

Multidisciplinar - Como existem pedagogas e profissionais da área de humanas em quase todas as regionais, está havendo uma discussão conjunta de projetos. Embora as unidades regionais tenham autonomia. Em dois encontros realizados no primeiro semestre deste ano, cerca de 20 educadores participaram e a preocupação manifestada foi de trabalhar de forma interinstitucional e multidisciplinar, tanto com o pessoal da casa quanto com os de fora.

Também foram definidas três linhas de atuação: uma em Educação e Saúde do Trabalhador, outra sobre Metodologia para Elaboração de Material Didático e outra em Educação e Saúde dos Trabalhadores para Escolares.

Todo ano são realizados 15 cursos ministrados pela Fundacentro nas diversas áreas, como dermatose ocupacional, proteção respiratória, Ergonomia, LER, ruídos e vibrações e atuação da CIPA, para qualificação de cipeiros. "A procura é muito grande, mas as vagas são limitadas em no máximo 30 pessoas para cada um. Faltam vagas", ressalta Moira.

Além destes cursos regulares, eles também realizam cursos fechados para as empresas, instituições e

sindicatos que solicitarem, podendo ser realizados em São Paulo ou nas regionais. "Muitas pessoas ligam para nós pedindo estes cursos", relata Moira. Recentemente foi feito um, em conjunto com o INSS, destinado aos peritos. No ano passado, ocorreu o curso de treinamento para os fiscais das DRTs de todo o país atuarem na fiscalização da implementação do Programa de Proteção Respiratória (PPR). Há cursos que são realizados em cima das pesquisas desenvolvidas pela instituição. Em todos eles, sempre são feitas avaliações antes de começarem, e ao final, com o objetivo de verificar o que os participantes acharam e também para receberem as sugestões.

Rotina o Entre as atividades de rotina está a avaliação dos materiais antigos, já publicados e que encontram-se esgotados, para ver se há condições de reeditá-los. Como exemplo, a coordenadora cita o livro do professor da CIPA e o outro sobre riscos químicos. "Muita coisa, fruto do resultado das pesquisas está desatualizada", explica a coordenadora do setor. Também são elaboradas publicações em conjunto com outras entidades, como é o caso do livro Programa de Educação em Segurança e Saúde do Trabalhador, lançado em 19 de setembro, desenvolvido pela instituição e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP).

Este setor também é afetado com a falta de pessoal. De acordo com a coordenadora, houve um período em que tinha cerca de 20 pessoas trabalhando. Hoje, na parte de cursos e material didático, são sete, e para as publicações, três. "Nós fazemos o que podemos. Este ano está havendo um aumento de produção, mas está difícil dar conta, pois precisamos de mais gente para fazer o que é necessário", desabafa.

Por outro lado, Moira coloca que na parte de publicações também existem problemas com os equipamentos e máquinas. "Nós temos dificuldades mas tem muita gente fazendo o que pode. Os entraves burocráticos atrapalham, mas mesmo assim estamos conseguindo bons resultados", finaliza.

**Copyright 1988/1999 MPF PUBLICAÇÕES LTDA. - <http://www.protecao.com.br>**